

**O DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO PÓS-PANDEMIA: ESTRATÉGIAS INOVADORAS E RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**THE CHALLENGE OF POST-PANDEMIC LITERACY: INNOVATIVE STRATEGIES AND LEARNING RECOVERY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-019>

**Lucia Josefa Siqueira dos Santos**

Especialização em Atendimento Educacional Especializado - UNIFECAF  
E-mail: lujosiqueira@outlook.com

**Jane Márcia Alves da Silva**

Graduação em Pedagogia - Faculdade Metodista  
E-mail: janemarcia437@gmail.com

**Cleide Ferreira da Silva**

Especialização em Atendimento Educacional Especializado – Faculdade Metropolitana  
E-mail: cleidef75@hotmail.com

**Jhenifer Karoline Gomes Taveira**

Especialização em Atendimento Educacional Especializado - UNIFECAF  
E-mail: karolinetaveiraroo@gmail.com

**Caroline Mari de Oliveira Galina**

Doutorado em Ciências Ambientais – UFMT  
E-mail: oliveiracaroline29@gmail.com

**Paula Maria Lemos Cossari**

Graduação em Pedagogia – Universidade Estadual de Maringá  
E-mail: paula.rondonopolismt@gmail.com

**Siane Ciocari**

Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica - RHEMA Educação  
E-mail: sciocari13@gmail.com

**Marcilene Muniz Monteiro**

Doutoranda em Educação - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
E-mail: marcymuniz@hotmail.com

**Renilda Artiaga Mota**

Graduação em Pedagogia - FAVENI  
E-mail: renilda.artiag@gmail.com

**Maria Regiane da Silva Cruz Souza**

Especialização em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento – Faculdade Afirmativo  
E-mail: regianeabass27@gmail.com



## RESUMO

A pandemia da COVID-19 provocou uma crise educacional sem precedentes, afetando profundamente o processo de alfabetização de crianças em idade escolar. O fechamento das escolas, a transição emergencial para o ensino remoto e a exclusão digital ampliaram desigualdades históricas e comprometeram o desenvolvimento das habilidades básicas de leitura e escrita. Este artigo analisa os principais impactos da pandemia na alfabetização, discute os desafios enfrentados por alunos e professores, e apresenta estratégias pedagógicas inovadoras para a recuperação da aprendizagem. A partir de uma abordagem crítica e contextualizada, são exploradas experiências exitosas, políticas públicas emergentes e práticas educacionais que apontam caminhos possíveis para garantir o direito à alfabetização plena. Conclui-se que a superação dos efeitos da pandemia exige ações coordenadas, formação docente qualificada, envolvimento familiar e políticas educacionais sustentáveis.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Pandemia; Recuperação da aprendizagem; Estratégias pedagógicas; Educação básica; Desigualdade educacional; Formação docente.

## ABSTRACT

The COVID-19 pandemic caused an unprecedented educational crisis, deeply affecting the literacy process of school-aged children. School closures, the abrupt shift to remote learning, and digital exclusion exacerbated historical inequalities and compromised the development of basic reading and writing skills. This article analyzes the main impacts of the pandemic on literacy, discusses the challenges faced by students and teachers, and presents innovative pedagogical strategies for learning recovery. Through a critical and contextualized approach, successful experiences, emerging public policies, and educational practices are explored, pointing to possible paths to ensure the full right to literacy. It concludes that overcoming the effects of the pandemic requires coordinated actions, qualified teacher training, family involvement, and sustainable educational policies.

**Keywords:** Literacy; Pandemic; Learning recovery; Pedagogical strategies; Basic education; Educational inequality; Teacher training.



## 1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é um dos alicerces essenciais da educação básica e envolve muito mais do que apenas a habilidade de ler e escrever. É um processo elaborado que inclui o desenvolvimento da consciência fonológica, a compreensão de textos, a produção de escrita e a participação crítica do indivíduo na sociedade que valoriza a leitura e a escrita. No Brasil, essa jornada sempre teve que lidar com dificuldades estruturais, como a desigualdade social, a falta de capacitação adequada para os professores e a carência de recursos pedagógicos. Contudo, com o advento da pandemia de COVID-19, tais impedimentos foram amplificados, resultando em uma crise educacional sem precedentes.

O fechamento prolongado das escolas, a mudança abrupta para o ensino online e a falta de políticas públicas eficazes para assegurar o acesso à educação digital causaram uma perda significativa de aprendizado, principalmente entre as crianças nos primeiros anos do ensino fundamental. A alfabetização, que depende bastante da interação presencial, da mediação pedagógica constante e do acompanhamento individual, foi uma das áreas mais afetadas. Os alunos em fase inicial de aprendizagem foram privados de estímulos fundamentais, o que prejudicou sua trajetória escolar e seu desenvolvimento intelectual.

Pesquisas efetuadas por entidades como o Todos pela Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) mostram um aumento notável no número de crianças que não estão alfabetizadas ao chegarem aos 7 anos. Essa lacuna não só afeta o desempenho acadêmico no futuro, mas também intensifica as desigualdades sociais, visto que a alfabetização é uma condição essencial para o exercício da cidadania, o acesso à informação e a entrada no mercado de trabalho.

Diante dessa situação, é fundamental reavaliar as práticas educacionais e buscar métodos inovadores que promovam a recuperação do aprendizado de maneira eficaz, justa e sustentável. Para superar os efeitos da pandemia, é necessária uma ação conjunta entre gestores públicos, educadores, famílias e a comunidade, com ênfase na reconstrução das relações escolares, na valorização da formação de professores e na aplicação de metodologias ativas que respeitem o ritmo e as necessidades de cada aluno (Przylepa, 2023).

Este artigo visa examinar os principais obstáculos enfrentados na alfabetização após a pandemia, discutir como a crise sanitária afetou o processo de letramento e apresentar estratégias pedagógicas inovadoras que possam ajudar na recuperação do aprendizado. Com uma abordagem crítica e reflexiva, serão exploradas experiências bem-sucedidas, políticas públicas emergentes e práticas educativas que ofereçam caminhos possíveis para assegurar o direito à alfabetização plena para todas as crianças brasileiras.

## 2 PANORAMA HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A alfabetização no Brasil é um processo historicamente marcado por desigualdades sociais, políticas públicas intermitentes e desafios estruturais que atravessam gerações. Desde o período imperial, quando a



educação era privilégio das elites, até os dias atuais, o acesso à alfabetização plena tem sido condicionado por fatores como renda, localização geográfica, raça e gênero (Brasil, 1996). A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como um direito de todos e dever do Estado, mas os avanços na garantia desse direito têm sido lentos e desiguais (Bezerra et al., 2025).

Durante o século XX, diversas reformas educacionais buscaram ampliar o acesso à escola e melhorar os índices de alfabetização. A criação do Ministério da Educação, em 1930, e a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, foram marcos importantes. No entanto, foi apenas com a LDB de 1996 que se estabeleceu uma estrutura mais clara para a educação básica, incluindo a obrigatoriedade da alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental (Przylepa, 2023).

A partir dos anos 2000, o Brasil passou a investir em programas específicos para enfrentar o desafio da alfabetização. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), lançado em 2012, foi uma iniciativa relevante que buscava garantir que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental. O programa oferecia formação continuada para professores, materiais didáticos específicos e acompanhamento pedagógico. Apesar dos avanços, o PNAIC enfrentou dificuldades de implementação em alguns estados e municípios, além de sofrer descontinuidade com mudanças de governo (Bezerra et al., 2025).

Outro marco importante foi a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos em cada etapa da educação básica. A BNCC estabelece que, ao final do 2º ano do ensino fundamental, os estudantes devem estar alfabetizados, o que representa uma antecipação em relação às metas anteriores. Essa mudança exige das escolas e dos professores uma reorganização das práticas pedagógicas e uma atenção redobrada ao processo de letramento nos primeiros anos escolares.

Apesar dessas iniciativas, os dados sobre alfabetização no Brasil continuam preocupantes. Segundo o IBGE, em 2019, cerca de 11 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais eram analfabetos, o que representa cerca de 6,6% da população nessa faixa etária. Entre crianças de 6 e 7 anos, o número de não alfabetizados aumentou significativamente durante a pandemia, revelando fragilidades profundas no sistema educacional (Przylepa, 2023).

A alfabetização, portanto, não pode ser vista apenas como uma etapa escolar, mas como um processo social, cultural e político que exige compromisso coletivo (Brasil, 2017). É preciso reconhecer que o sucesso da alfabetização depende de múltiplos fatores: políticas públicas consistentes, formação docente de qualidade, materiais pedagógicos adequados, envolvimento familiar e condições dignas de ensino. No contexto pós-pandêmico, esses elementos tornam-se ainda mais cruciais para garantir que todas as crianças tenham acesso ao mundo letrado e possam exercer plenamente sua cidadania (Przylepa, 2023).



### 3 IMPACTOS DA PANDEMIA NA ALFABETIZAÇÃO

A crise educacional resultante da pandemia da COVID-19 foi sem precedentes, impactando gravemente o processo de alfabetização das crianças em idade escolar. A alfabetização, sendo uma fase que requer interação constante, orientação pedagógica adequada e estímulos contínuos, sofreu drasticamente com a suspensão das aulas presenciais. O ensino remoto, apesar de ser uma solução necessária em um momento de emergência, provou ser insuficiente para atender às necessidades específicas do letramento, especialmente para os alunos do ciclo inicial do ensino fundamental.

Durante o isolamento social, milhões de crianças deixaram de ir à escola, afastando-se do contato direto com professores, colegas e ambientes propícios à aprendizagem da leitura e da escrita. A falta de uma rotina escolar estruturada prejudicou o desenvolvimento de habilidades essenciais, como consciência fonológica, fluência na leitura, compreensão de textos e escrita. Além disso, a ausência de acesso a materiais didáticos, tanto físicos quanto digitais, dificultou a continuidade do aprendizado em casa (Przylepa, 2023).

O processo de alfabetização é incremental e sensível ao tempo. Quando interrompido, pode resultar em lacunas que se acumulam ao longo da trajetória educacional. Crianças que estavam iniciando seu processo de letramento em 2020 e 2021 voltaram às aulas presenciais com importantes defasagens, muitas vezes sem a compreensão dos conceitos básicos de leitura e escrita. Essa lacuna prejudica não apenas o desempenho escolar imediato, mas também o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos (Przylepa, 2023).

Além dos impactos pedagógicos, a pandemia gerou consequências emocionais significativas. Sentimentos de medo, insegurança, luto e isolamento afetaram a saúde mental tanto de crianças quanto de educadores, afetando diretamente sua capacidade de concentração, motivação e envolvimento com a aprendizagem. Muitos alunos retornaram às instituições de ensino apresentando sinais de ansiedade, desinteresse e baixa autoestima, complicando ainda mais o processo de alfabetização (UNIBRA, 2023).

Por sua vez, os educadores enfrentaram desafios sem precedentes. A necessidade de adaptar conteúdos, metodologias e avaliações ao formato remoto exigiu uma reestruturação completa nas práticas de ensino. Muitos professores não possuem formação específica para utilizar tecnologias educacionais e tiveram que aprender, de forma improvisada, a manejar plataformas digitais, aplicativos e ferramentas de comunicação. A sobrecarga de trabalho, a falta de suporte técnico e a dificuldade em monitorar o progresso dos alunos à distância tornaram o processo de ensino-aprendizagem ainda mais desafiador (Przylepa, 2023).

Outro ponto importante foi a carência de políticas públicas que abordassem de maneira coordenada os impactos da pandemia sobre a alfabetização. Embora iniciativas pontuais tenham surgido, como o programa “Tempo de Aprender” do Ministério da Educação, houve uma falta de estratégia nacional coesa, com financiamento apropriado, capacitação de docentes e distribuição de materiais pedagógicos. A



ausência de diretrizes claras e de suporte institucional contribuiu para a fragmentação das ações e para o aumento das desigualdades educacionais entre as redes públicas e privadas.

Os impactos da pandemia na leitura e escrita vão além do que se observa a curto prazo. Pesquisas mostram que, na ausência de medidas adequadas, as lacunas de aprendizagem podem persistir ao longo de toda a vida escolar, prejudicando o desempenho em áreas como matemática, ciências e história. Ademais, o analfabetismo funcional que se refere à dificuldade em entender e interpretar textos simples pode se tornar mais comum, prejudicando a capacidade das pessoas de participar plenamente na sociedade (UNIBRA, 2023).

Diante dessa situação, é fundamental adotar estratégias de recuperação educacional que atendam as necessidades dos alunos, levem em consideração os diferentes ritmos de aprendizado e ofereçam suporte emocional. A alfabetização no período pós-pandemia requer uma abordagem integrada, unindo práticas pedagógicas, políticas públicas e participação da comunidade. É imprescindível reconhecer que o acesso à alfabetização completa é um direito inalienável e que sua proteção é uma condição vital para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

#### 4 DESIGUALDADES AMPLIADAS

A COVID-19 não apenas paralisou o processo de aprendizagem, mas também expôs e intensificou desigualdades históricas que já estavam presentes no sistema educacional do Brasil. Crianças de famílias em condições precárias foram desproporcionalmente impactadas, enfrentando dificuldades que vão desde a falta de acesso à internet até a inexistência de um ambiente familiar adequado para o aprendizado (Przylepa, 2023). O processo de alfabetização, que requer incentivo contínuo, apoio pedagógico qualificado e materiais apropriados, se tornou ainda mais desafiador para aqueles que já estavam à margem das oportunidades de educação (Bezerra et al., 2025).

Durante o período de ensino remoto emergencial, muitas famílias não tinham acesso a dispositivos eletrônicos suficientes para atender todos os filhos em idade escolar. Em diversos casos, o único telefone da residência era compartilhado entre irmãos, dificultando a participação nas atividades escolares. Ademais, a instabilidade da conexão à internet, especialmente em áreas rurais e nas periferias urbanas, impediu que milhares de crianças adquirissem as noções básicas de alfabetização. Essa exclusão digital contribuiu para o crescimento da defasagem escolar e o agravamento do analfabetismo funcional.

Outro ponto importante foi a sobrecarga enfrentada pelas famílias, que acumularam várias funções durante o período de isolamento social. Muitos pais e responsáveis, sem formação pedagógica, tentaram ajudar os filhos com as atividades escolares enquanto lidavam com o desemprego, trabalho em casa e cuidado com a saúde. Essa situação dificultou o acompanhamento da aprendizagem e gerou um sentimento



de impotência diante das exigências escolares. A falta de políticas públicas que apoiassem as famílias durante o ensino remoto aumentou a distância entre a escola e a comunidade (UNIBRA, 2023).

As desigualdades também se refletiram dentro das instituições de ensino. Professores de escolas públicas, especialmente em municípios com baixos índices de arrecadação, enfrentaram limitações tanto técnicas quanto pedagógicas para adaptar seus métodos ao ensino remoto. A ausência de formação específica para utilizar tecnologias educacionais, junto com a falta de recursos disponíveis, prejudicou a qualidade das atividades oferecidas. Em comparação, escolas privadas, com melhor infraestrutura e suporte técnico, conseguiram manter uma rotina de ensino mais organizada, ampliando ainda mais a diferença entre os diferentes segmentos da educação básica.

Além disso, grupos historicamente marginalizados como crianças indígenas, quilombolas, com deficiência ou em situação de rua enfrentaram desafios ainda mais graves. A falta de políticas educacionais inclusivas durante a pandemia comprometeu o direito à alfabetização desses alunos, que muitas vezes não foram atendidos pelas estratégias de ensino remoto. A invisibilidade dessas populações nas diretrizes educacionais destaca a urgência de uma abordagem interseccional na formulação de políticas públicas.

Outro aspecto relevante se refere às desigualdades regionais. Enquanto algumas redes estaduais e municipais conseguiram implementar plataformas digitais, distribuir materiais impressos e manter alguma continuidade no ensino, outras enfrentaram imensas dificuldades logísticas e financeiras. Estados do Norte e Nordeste, por exemplo, apresentaram maiores taxas de evasão escolar e de crianças não alfabetizadas, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que levem em conta as particularidades locais.

A pandemia também amplificou a desigualdade de gênero dentro do ambiente escolar. Muitas meninas, em diversas famílias, foram sobrecarregadas com afazeres domésticos e cuidando de irmãos mais novos, o que diminuiu o tempo que tinham para se dedicar aos estudos. Essa carga excessiva prejudicou sua participação em atividades escolares e pode causar efeitos a longo prazo em seu percurso educacional (Bezerra et al., 2025).

Dessa forma, a pandemia não gerou desigualdades na educação, mas sim as acentuou de maneira drástica (Przylepa, 2023). Para recuperar a alfabetização, é essencial confrontar essas desigualdades, por meio de ações afirmativas, investimentos específicos e a escuta ativa das comunidades escolares. É fundamental entender que a equidade é um pré-requisito vital para assegurar o direito à alfabetização integral e para estabelecer uma educação genuinamente democrática.

## 5 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A RECUPERAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO

Diante dos impactos profundos da pandemia sobre o processo de alfabetização, torna-se urgente a implementação de estratégias pedagógicas eficazes que promovam a recuperação da aprendizagem de forma equitativa, sensível e contextualizada (UNIBRA, 2023). A alfabetização não pode ser retomada com



os mesmos métodos anteriores à crise sanitária; ela exige inovação, flexibilidade e um olhar atento às necessidades individuais dos alunos. As escolas precisam se transformar em espaços de acolhimento, reconstrução de vínculos e estímulo à aprendizagem significativa.

Uma das estratégias mais importantes é a aplicação de avaliações diagnósticas contínuas. Essas avaliações permitem identificar com precisão as lacunas de aprendizagem de cada estudante, possibilitando a elaboração de planos pedagógicos personalizados. Ao compreender o nível de letramento de cada criança, o professor pode adaptar suas práticas, selecionar os recursos mais adequados e propor atividades que respeitem o ritmo de desenvolvimento dos alunos. Mais do que medir desempenho, a avaliação diagnóstica deve ser vista como uma ferramenta de escuta pedagógica.

Outra abordagem eficaz é o uso de metodologias ativas, que colocam o aluno como protagonista do processo de aprendizagem. Práticas como a aprendizagem baseada em projetos, oficinas de leitura e escrita, rodas de conversa e jogos educativos estimulam o engajamento, a criatividade e a autonomia dos estudantes. A gamificação, por exemplo, tem se mostrado uma estratégia promissora na alfabetização pós-pandemia, pois transforma o aprendizado em uma experiência lúdica e motivadora, especialmente para crianças que perderam o vínculo com a escola.

O reforço escolar em contraturno também é uma medida relevante. Ao oferecer atividades específicas de leitura, escrita e interpretação textual fora do horário regular, as escolas conseguem atender alunos com maior defasagem, sem comprometer o andamento das turmas regulares. Esses espaços de apoio devem ser planejados com intencionalidade pedagógica, recursos adequados e acompanhamento individualizado, garantindo que cada criança tenha a oportunidade de avançar em seu processo de alfabetização.

O uso de tecnologias educacionais, quando bem orientado, pode ser um aliado poderoso na recuperação da aprendizagem (Przylepa, 2023). Plataformas digitais, aplicativos interativos e recursos audiovisuais oferecem possibilidades de ensino personalizado, monitoramento do progresso e acesso a conteúdos diversificados. Ferramentas como o “Google Sala de Aula”, “Khan Academy” e “AprendiZap” têm sido utilizadas por redes públicas e privadas para complementar o ensino presencial e ampliar o repertório dos alunos. No entanto, é fundamental que o uso da tecnologia seja mediado por professores capacitados e integrado a uma proposta pedagógica coerente.

A formação continuada dos professores é outro pilar essencial para o sucesso das estratégias de recuperação. Os educadores precisam estar preparados para lidar com turmas heterogêneas, utilizar metodologias diferenciadas e realizar intervenções pedagógicas eficazes. Programas de formação que envolvam estudo de casos, observação de práticas, comunidades de aprendizagem e mentorias pedagógicas contribuem para o fortalecimento da atuação docente. Além disso, é necessário valorizar o trabalho dos



professores, oferecendo condições dignas de trabalho, reconhecimento profissional e suporte institucional (Przylepa, 2023).

Por fim, é importante destacar que a recuperação da alfabetização não depende apenas da escola. O envolvimento da família e da comunidade é fundamental para criar um ambiente favorável à aprendizagem. Campanhas de leitura em casa, bibliotecas itinerantes, rodas de leitura comunitárias e parcerias com instituições culturais podem ampliar o acesso ao mundo letrado e fortalecer o vínculo entre os alunos e a escola. A alfabetização é um processo coletivo, que exige o compromisso de todos os atores sociais (UNIBRA, 2023).

Em síntese, as estratégias pedagógicas para a recuperação da alfabetização devem ser múltiplas, integradas e sensíveis às realidades locais. Elas precisam combinar diagnóstico preciso, metodologias inovadoras, uso inteligente da tecnologia, formação docente qualificada e participação ativa da comunidade. Somente com ações coordenadas e intencionais será possível superar os impactos da pandemia e garantir que todas as crianças tenham acesso ao direito fundamental de aprender a ler e escrever.

## 6 FORMAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

A formação dos professores alfabetizadores é um dos pilares fundamentais para garantir a qualidade do processo de letramento, especialmente no contexto pós-pandêmico. A pandemia evidenciou não apenas a fragilidade das estruturas escolares, mas também a necessidade urgente de investir na capacitação contínua dos educadores, que foram desafiados a reinventar suas práticas pedagógicas diante de um cenário de incertezas, isolamento e ensino remoto emergencial. Muitos docentes se viram obrigados a lidar com tecnologias para as quais não estavam preparados, ao mesmo tempo em que tentavam manter o vínculo com seus alunos e assegurar algum nível de aprendizagem.

A alfabetização exige conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento da linguagem, a consciência fonológica, a aquisição da leitura e da escrita, além de estratégias didáticas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem (UNIBRA, 2023). No entanto, grande parte dos cursos de formação inicial de professores no Brasil ainda apresenta lacunas na abordagem desses conteúdos, o que compromete a atuação dos profissionais nos anos iniciais do ensino fundamental. A formação continuada, portanto, torna-se essencial para atualizar saberes, compartilhar experiências e fortalecer a prática pedagógica.

Programas de formação docente devem ir além de cursos pontuais e oferecer espaços de reflexão coletiva, estudo de casos, observação de práticas bem-sucedidas e acompanhamento pedagógico. A criação de comunidades de aprendizagem, em que os professores possam trocar experiências, discutir desafios e construir soluções colaborativas, é uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento profissional. Além disso, é fundamental que os gestores escolares atuem como líderes pedagógicos, apoiando os docentes em suas demandas e incentivando a inovação didática.



Outro aspecto crucial é a valorização da carreira docente. A pandemia revelou o papel central dos professores na manutenção do vínculo educacional e na promoção da aprendizagem, mesmo em condições adversas. No entanto, muitos profissionais enfrentam baixos salários, jornadas exaustivas, falta de reconhecimento e escassez de recursos para exercer sua função com qualidade. A valorização profissional deve incluir remuneração adequada, condições dignas de trabalho, acesso a materiais pedagógicos, suporte emocional e oportunidades reais de crescimento na carreira (UNIBRA, 2023).

A formação e valorização dos professores também estão diretamente ligadas à equidade educacional. Em regiões mais vulneráveis, onde os desafios da alfabetização são maiores, é comum encontrar docentes com menos acesso à formação continuada e com condições de trabalho precárias. Investir nesses profissionais é investir na superação das desigualdades e na garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes (UNIBRA, 2023). Políticas públicas que priorizem a formação de professores alfabetizadores, com foco em práticas inclusivas, uso de tecnologias e avaliação formativa, são indispensáveis para enfrentar os impactos da pandemia.

Além disso, é necessário reconhecer o papel emocional dos professores no processo de recuperação da aprendizagem. Muitos educadores atuaram como mediadores afetivos durante a pandemia, acolhendo os medos, as inseguranças e as perdas dos alunos. Esse aspecto humano da docência precisa ser valorizado e cuidado, por meio de programas de apoio psicológico, escuta ativa e promoção do bem-estar no ambiente escolar.

Em síntese, a formação docente e a valorização profissional são elementos centrais para a reconstrução da alfabetização no Brasil. Sem professores bem preparados, motivados e reconhecidos, não será possível superar os desafios impostos pela pandemia e garantir que todas as crianças tenham acesso ao mundo letrado. O investimento nos educadores é, portanto, um investimento no futuro da educação e na construção de uma sociedade mais justa, crítica e democrática.

## 6.1 EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E BOAS PRÁTICAS

Apesar dos variados obstáculos enfrentados durante e após a pandemia, muitas redes de ensino, organizações civis e instituições educacionais conseguiram implementar experiências exitosas na superação da crise da alfabetização. Essas práticas notáveis, frequentemente desenvolvidas a partir do diálogo com as comunidades escolares e da inventividade dos professores, oferecem trajetórias motivadoras para a recuperação do aprendizado e para a promoção de uma alfabetização mais justa e eficiente (UNIBRA, 2023).

No Brasil, a cidade de Sobral, localizada no Ceará, é frequentemente mencionada como um modelo em políticas públicas de alfabetização. Mesmo em meio à pandemia, a rede municipal continuou focada no aprendizado dos estudantes, realizando ações como a entrega de materiais impressos, a criação de



videoaulas e o suporte remoto às famílias. Com uma administração educacional fundamentada em dados concretos, formação contínua dos professores e avaliações regulares, Sobral conseguiu reduzir os efeitos da pandemia e manter índices positivos de alfabetização. A experiência ilustra que o comprometimento político com a educação, combinado com uma gestão eficaz, pode trazer resultados significativos mesmo em circunstâncias desafiadoras (UNIBRA, 2023).

Outra iniciativa importante é o projeto “Leia para uma Criança”, apoiado pelo Itaú Social. Esta ação distribui livros infantis gratuitamente para famílias em todo o país, promovendo a leitura em casa e reforçando a conexão entre adultos e crianças através da literatura. Durante a pandemia, o programa expandiu suas ações, oferecendo livros digitais e materiais formativos para pais e educadores. Essa iniciativa destaca a relevância da participação familiar no processo de alfabetização e demonstra como colaborações entre os setores público e privado podem ajudar a democratizar o acesso à leitura.

Em âmbito estadual, o programa “Alfabetiza Pará” também se destacou por sua abordagem integrada e voltada para o território. A iniciativa apoia a capacitação de professores alfabetizadores, o uso de avaliações diagnósticas e a criação de planos pedagógicos fundamentados em dados sólidos. Além disso, o programa valoriza as culturas locais e estimula a criação de materiais didáticos que respeitem as particularidades regionais. Essa experiência ressalta a importância de políticas públicas que levem em consideração as diversidades culturais, linguísticas e sociais do Brasil.

No contexto internacional, Portugal tem se destacado com o programa “Escola a Ler”, que oferece oficinas de leitura, clubes de livros e projetos interdisciplinares focados no letramento. A proposta enfatiza a leitura como uma prática social e cultural, envolvendo toda a comunidade escolar no processo de formação de leitores. Outro exemplo é o modelo de tutoria utilizado em países como Chile e Uruguai, onde alunos mais experientes ajudam colegas com dificuldades, promovendo a aprendizagem colaborativa e o fortalecimento das relações escolares.

Além das ações de instituições, diversas escolas e educadores têm criado métodos inovadores de maneira independente. Iniciativas como “sacolinha da leitura”, “diário de palavras novas” e “caixa mágica de histórias” foram elaboradas por professores para incentivar o entusiasmo dos alunos pela leitura e escrita, mesmo em situações de ensino remoto ou híbrido. Essas iniciativas, frequentemente simples e de baixo custo, revelam o poder transformador da criatividade dos professores e a relevância de valorizar as experiências que surgem no ambiente escolar.

Essas vivências bem-sucedidas mostram que, mesmo frente a grandes dificuldades, é viável desenvolver soluções eficazes e inspiradoras para a alfabetização. Elas reforçam que não há uma fórmula única para o sucesso, mas um conjunto de abordagens que devem ser ajustadas às realidades locais, com a participação ativa de educadores, administradores, famílias e comunidades. A sistematização e a divulgação dessas boas práticas são essenciais para que outras redes de ensino possam se inspirar, adaptar e



implementar ações semelhantes, ajudando a enfrentar as desigualdades e a garantir o direito à alfabetização completa (UNIBRA, 2023).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização no Brasil, historicamente marcada por dificuldades, foi severamente afetada pela pandemia da COVID-19, que expôs vulnerabilidades profundas no sistema educacional e acentuou desigualdades que ameaçam o direito à aprendizagem de milhões de crianças. O fechamento das instituições de ensino, a falta de políticas públicas integradas e a exclusão digital resultaram em uma crise no letramento que demanda soluções imediatas, inovadoras e sustentáveis.

Dentro desse cenário, a recuperação da alfabetização não pode ser limitada apenas à reposição de conteúdos. É imprescindível restabelecer laços afetivos, reconquistar a confiança dos alunos na escola e implementar práticas pedagógicas que reconheçam os diferentes ritmos e trajetórias de aprendizagem. A escuta ativa, o suporte emocional e a personalização do ensino devem ser fundamentais nas estratégias educacionais, reconhecendo que cada criança possui uma história, um contexto e um potencial único.

As experiências bem-sucedidas apresentadas neste artigo mostram que é viável mitigar os efeitos da pandemia com criatividade, comprometimento e trabalho colaborativo. Redes educacionais que investem na formação de professores, avaliações diagnósticas, metodologias ativas e engajamento da comunidade têm alcançado progresso na recuperação da aprendizagem e na alfabetização de mais crianças na idade apropriada. Essas práticas devem ser valorizadas, sistematizadas e compartilhadas, inspirando outras regiões e contextos.

Ademais, é crucial que o governo trate a alfabetização como uma prioridade nacional, estabelecendo políticas estruturais, assegurando financiamento adequado e realizando monitoramento contínuo dos indicadores de aprendizagem. A valorização dos educadores, o fortalecimento da gestão das escolas e a ampliação do acesso a materiais pedagógicos são ações imprescindíveis para garantir uma educação de qualidade e justa.

A alfabetização vai além do simples ato de ler e escrever. É a chave para o conhecimento, a cidadania e a mudança social. Assegurar que todas as crianças brasileiras recebam uma alfabetização de qualidade e digna é um compromisso ético, político e humano. Que o período pós-pandemia não seja apenas de reconstrução, mas de reinvenção uma chance de transformar a educação em um verdadeiro veículo de justiça e inclusão.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Dorivan Vieira; MONTINO, Mariany Almeida; COSTA, Amanda Pereira; SENEM, Janaína. **Alfabetização pós-COVID-19: impactos e reflexos para alunos e professores de uma escola da rede pública do município de Palmas/TO.** *Revista Humanidades & Inovação*, v. 12, n. 4, 2025. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/10618>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2025.

PRZYLEPA, Mariclei. **A educação no Brasil pós-pandemia: o processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental no contexto da prática.** In: CONGRESSO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2023, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: UFSCar, 2023. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/download/1125/1322/4069>. Acesso em: 22 out. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Análise dos dados de alfabetização no Brasil durante a pandemia.** São Paulo: TPE, 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 22 out. 2025.

UNIBRA. **A alfabetização e os novos desafios de ensino e aprendizagem no contexto pós-pandemia.** Recife: Grupo Unibra, 2023. Disponível em: <https://www.grupounibra.com/repositorio/PEDAG/2023/a-alfabetizacao-e-os-novos-desafios-de-ensino-e-aprendizagem-no-contexto-pos-pandemia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.